PF: Stefananutto recebia propina de R\$ 250 mil

Ex-presidente do INSS foi preso em operação nesta quinta-feira

Da Redação

A Polícia Federal (PF) prendeu na manhã desta quinta-feira o ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto. A prisão ocorre em nova fase da Operação sem Desconto, feita em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU).

Quando surgiram as primeiras informações a respeito da existência de fraude na Previdência envolvendo descontos ilegais de aposentados por instituições ligadas a sindicatos, Stefanutto foi exonerado. Como consequência da situação, também acabou deixando o cargo o ex-ministro da Previdência Carlos Lupi, substituído por Wolney Queiroz.

De acordo com informações a partir da operação da manhã de quinta, a Polícia Federal apontou que Stefanutto recebia do esquema de descontos ilegais de aposentadorias R\$ 250 mil mensais, quando comandava o órgão.

Facilitador

Segundo a decisão sigilosa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, relator na Corte do caso e que determinou a prisão, há indícios de que Stefanutto exerceu papel de facilitador institucional do grupo criminoso dentro do INSS, primeiro como procurador-chefe, depois, como presidente do órgão.

"Ele utilizou sua influência na alta administração pública para garantir a continuidade da fraude em massa, que gerou R\$ 708 milhões em receita ilícita, confirmando sua posição como uma das principais engrenagens da organização criminosa", disse a PF.



Stefanutto foi preso em nova fase da Operação sem Desconto

Segundo as investigações, o pagamento de valores indevidos aos altos gestores do INSS era necessário porque, sem o apoio deles, seria impossível continuar com uma fraude de tamanha magnitude, que envolvia mais de 600 mil vítimas e gerava milhares de reclamações judiciais e administrativas.

"Em síntese, sua conduta viabilizou juridicamente o esquema fraudulento, conferindo aparência de legalidade a operações ilícitas, mediante o uso da posição pública de destaque que ocupava no INSS", diz a

Desses repasses, segundo a polícia, quase a totalidade dos valores foram pagos entre junho de 2023 e setembro de 2024 (à exceção de um pagamento de R\$ 250 mil realizado em outubro de 2022).

As investigações da PF também apontaram que Stefanutto avaliava e aprovava a manutenção dos convênios entre o INSS e a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Conafer), mesmo após alertas técnicos sobre inconsistências nas listas de filiados e indícios de falsificação de autorizações de desconto.

Ainda de acordo com as investigações, Stefanutto recebia pagamentos mensais provenientes de empresas vinculadas ao operador financeiro Cícero Marcelino de Souza Santos, disfarçados como honorários de consultoria ou assessoria técnica e utilizava influência institucional para manter a execução dos atos criminosos.

Procurada, a defesa de Stefanutto afirmou que não teve acesso ao teor da decisão que decretou a prisão dele.

Mas ressaltou que se trata, na sua avaliação, de uma detenção "completamente ilegal, uma vez que Stefanutto não tem causado nenhum tipo de embaraço à apuração, colaborando desde o início com o trabalho de investigação".

Ahmed

Stefenatutto, porém, não foi o único alvo da operação desta quinta-feira. Houve buscas e apreensões envolvendo Ahmed Mohamad Oliveira, que foi presidente do INSS e ministro do Trabalho e da Previdência no governo Jair Bolsonaro. Por motivos de conversão religiosa, Ahmed Mohamad Oliveira é o novo nome de José Carlos Oliveira. Também foi alvo da operação o deputado federal Euclydes Pettersen (Republicanos-MG).

Mensagens interceptadas pela Polícia Federal mostram "fortes indícios" de que o esquema criminoso de descontos em aposentadorias, envolvendo José Carlos Oliveira, ex-presidente do INSS, estava "em pleno funcionamento" no período em que ele era ministro do Trabalho e Previdência de Jair Bolsonaro.

> Com informações de Constança Rezende (Folhapress)

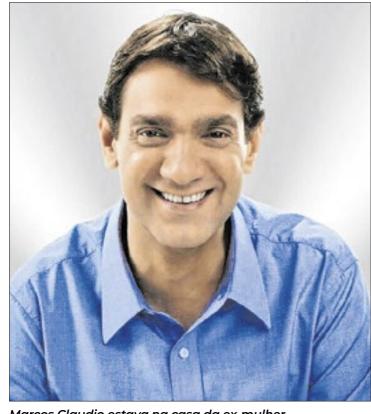
Ex-mulher de filho de Lula é alvo de operação policial

O filho adotivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Marcos Cláudio Lula da Silva, foi quem recebeu a equipe da Polícia Federal na casa de sua ex-mulher, Carla Ariane Trindade. A PF foi na quinta-feira (13) até a casa de Carla, em Campinas (SP), para cumprir mandados de buscas e apreensão. Segundo a investigação, a ex-nora de Lula atuou para liberar, no Ministério da Educação, valores para uma empresa suspeita de fraudes em licitações e desvio de dinheiro público.

O documento da PF afirma que a equipe foi recebida na casa por Marcos Cláudio. "Estavam presentes no imóvel, além do senhor Marcos, a senhora Carla, o filho e os pais da senhora Carla, o senhor Henrique e a senhora Lindalva", diz o material. A informação foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pelo Uol.

Carla teria atuado em favor da Life Tecnologia Educacional, localizada no interior paulista. A empresa recebeu cerca de R\$ 70 milhões em contratos de fornecimento de kits e livros didáticos destinados a prefeituras de São Paulo. Marcos Cláudio é filho da ex-primeira-dama Marisa Letícia e foi adotado pelo presidente Lula.

A ex-nora do presidente foi a Brasília diversas vezes, uma delas em julho de 2024. Segundo a PF, as passagens foram custeadas pelo dono da Life, An-



Marcos Claudio estava na casa da ex-mulher

dré Mariano, e a dinâmica dos agendamentos demonstra que Carla "defendia os interesses" do empresário "junto a órgãos públicos, principalmente na busca por recursos e contratos", diz trecho da decisão que autorizou a operação.

Carla e Marcos foram casados por quase 20 anos. A equipe da PF chegou à casa da ex-nora de Lula por volta das 6h. Os agentes apreenderam o passaporte dela, um celular, um computador e um caderno de capa dura.

Defesa

A defesa de Carla disse que

solicitou acesso ao processo e irá se manifestar após conhecimento total da investigação. O filho de Lula não foi localizado para comentar até a publicação deste texto.

Um ex-sócio de outro filho de Lula também foi incluído na investigação. A PF cita a atuação de Kalil Bittar, ex-sócio de Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, na Gamecorp, investigada na Lava Jato.

Carla é citada com uma das cinco pessoas "influentes da política local e nacional".

Essas figuras, segundo a PF, teriam sido os contatos para Mariano, o dono da Life, obter

com facilidade contratos multimilionários com prefeituras do interior de São Paulo. Além dela, estão nesse grupo secretários de Educação e Habitação, além de vice-prefeito.

Na agenda do dono da Life, Carla é referenciada como "amiga de Paulínia", "nora" e "Carla", diz a PF. A primeira menção dela na agenda de Mariano teria ocorrido em janeiro de 2024, "sugerindo envolvimento em tratativas jurídicas ou administrativas".

Para a PF "as evidências" apontam que a ex-nora de Lula "parece ter, ou alegar ter influência em decisões do governo federal".

Ela também teria bom relacionamento nos municípios paulistas de Mauá, Diadema, Campinas, entre outros.

A investigação da polícia aponta que a Life revendia livros para prefeituras com sobrepreço. A empresa teria comprado exemplares por valores entre R\$ 1 e R\$ 5, mas os repassava por valores entre R\$ 60 e R\$ 80.

"O que se conclui da análise 'fria' das notas fiscais é que a Life Tecnologia teria lucrado pelo menos R\$ 50 milhões com a venda de livros a essas prefeituras, tendo recebido pouco mais de R\$ 86 milhões, e gasto R\$ 32 milhões, supostamente, para a compra das mercadorias", diz o documento da PF.

Ana Paula Bimbati e Fabio Serapião (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES



Sessão foi presidida por Marcos Pontes

Brasil celebra 119 anos de relações com El Salvador

O Senado celebrou nesta quinta-feira (13) os 119 anos de relações bilaterais entre Brasil e El Salvador, em sessão especial realizada por iniciativa do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP). Na abertura da sessão, o senador ressaltou o fortalecimento da amizade histórica entre os dois países, que entra agora em uma nova fase. O parlamentar citou a promulgação do Acordo de Transporte Aéreo entre os dois países, do qual foi

relator, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional.

Embaixador de El Salvador no Brasil, Luis Alberto Aparicio Bermúdez destacou os laços de amizade e cooperação entre os dois países. De acordo com Bermúdez, embora geograficamente distantes, as duas nações compartilham o compromisso comum com a paz, o desenvolvimento, o bem-estar e a segurança entre seus povos.

Acordo de transporte aéreo

Representando o Ministério das Relações Exteriores, o embaixador Elio de Almeida Cardoso enfatizou a amizade entre Brasil e El Salvador. Segundo ele, o acordo de transporte aéreo é importante para diminuir distâncias e aumentar a conectividade na região. O diplomata também afirmou que a identidade lati-

no-americana aproxima e une os dois países.

Roberto Silveira Honorato, que representou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) no evento, disse que o acordo de transporte aéreo abre caminho para a expansão do turismo, negócios e área de cooperação entre Brasil e El Salvador.



Servidor João Lima, um dos criadores do portal, recebe o prêmio

Senado Federal ganha prêmio por portal de normas jurídicas

O Senado Federal recebeu o Prêmio Infosfera pela criação do portal Normas. leg.br, desenvolvido pelo Prodasen. A premiação reconhece boas práticas, com resultados concretos, de uma gestão informacional de qualidade. O servidor João Lima recebeu o prêmio durante o Congresso de Gestão da Informação na Esfera Pública - Infosfera 2025, em Curitiba.

Infosfera 2025 é uma iniciativa do Núcleo de Pesquisa em Informação, Di-

reito e Sociedade (Infojus) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com instituições comprometidas com a excelência na gestão da informação pública. Reúne especialistas e acadêmicos para debater e compartilhar boas práticas, inovações e pesquisas relacionadas à gestão da informação nas esferas governamentais. O tema central deste ano foi "Disseminação de Boas Práticas da Gestão da Informação na Esfera Pública".

Como é o portal

Criado pelo Congresso Nacional, o portal oferece acesso simplificado e transparente à evolução das normas jurídicas brasileiras. Lançado em outubro de 2021, reúne textos constitucionais e federais com força de lei, permitin-

do consultas detalhadas por versão, com visualização hierárquica e cronológica das alterações, além de regulamentação e acórdãos. Disponibiliza também infográficos sobre a estrutura e as modificações das normas.

Trabalho conjunto

Segundo João Lima, a ideia surgiu há mais de duas décadas e começou a se concretizar em 2017, com o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Normas (Sigen). A concepção do protótipo do portal tam-

bém foi inspirada em uma monografia de outro servidor, Hudson de Martim, orientada por João Lima no curso de pós-graduação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a escola de governo do Senado.